


Entrelace entre saúde e cuidado com a terra em comunidade quilombola: narrativas de idosos

Interlace between health and care for the land in a quilombola community: elders narratives


Morgana Nathália Napoleão Ferreira

 <https://orcid.org/0000-0002-4237-417X>

Suely Emília de Barros Santos

 <https://orcid.org/0000-0001-6249-7487>

Clarissa de Oliveira Gomes Marques

 <https://orcid.org/0000-0003-2567-141X>

Universidade de Pernambuco
Brasil

Resumo

O presente artigo se volta à compreensão dos sentidos que pessoas idosas da comunidade quilombola de Castainho, em Garanhuns/PE, atribuem aos cuidados com a terra, em entrelace com a saúde. Consiste numa pesquisa qualitativa e cartográfica, tendo a leitura fenomenológica como lúmen para a análise das narrativas, via Analítica do Sentido. No tocante aos resultados, pôde-se compreender que o cuidado com a terra atravessa a cultura, a moradia, a alimentação, a ancestralidade, a saúde, a educação, entre outros aspectos, e se manifesta através da luta territorial e da resistência. Esses sentidos estão relacionados à saúde integral da comunidade, ao passo que indicam a não dissociação entre as dimensões terra e saúde. O cuidado com a terra imbrica-se na história da comunidade e alimenta o trabalho, os vínculos e a ancestralidade, pois a terra não é compreendida apenas como chão, mas como abrigo, território de morada e saúde.

Palavras-chaves: idosos; quilombo; saúde; terra

Abstract

This paper focuses on understanding the senses that elderly people from the Quilombola community of Castainho, in Garanhuns/PE, attribute to the care for the land, in an interlace with health. It consists of qualitative and cartographic research, having phenomenological reading as a lumen for the analysis of the narratives, via Sense Analytics. Regarding the results, it was possible to understand that the care for the land crosses culture, housing, food, ancestry, health, education, among other aspects, and manifests itself through territorial struggle and resistance. These senses are related to the integral health of the community, while they indicate the non-dissociation between the land and health dimensions. Care for the land is intertwined with the history of the community and feeds the work, bonds and ancestry, as the land is not understood only as ground, but as shelter, home territory and health.

Keywords: elderly; quilombo; health; land.

Entre terra e territorialidade: vivências humanas e povos tradicionais

Este artigo apresenta os olhares de idosos da comunidade quilombola de Castainho, localizada na zona rural do município de Garanhuns/Pernambuco, no que dizem respeito aos cuidados com a terra de forma entrelaçada com a saúde. Muitos são os significados associados à expressão “terra”. Discorreremos aqui, inicialmente, sobre alguns deles. Pode-se usar o vocábulo para se referir ao planeta terra, cujo equilíbrio ambiental atualmente está em constante ameaça devido a ações antropogênicas. Na acepção de solo, a terra também pode vincular seus significados com as questões ambientais, como seu envenenamento a partir da utilização de produtos químicos para a agricultura em massa, ou em referência à erosão de determinadas áreas devido à pecuária não sustentável.

Por outro lado, o sentido da terra como marcação de território geográfico sempre esteve atrelado às disputas entre povos e nações, motivo de diversas guerras ao longo da história. Para Milton Santos (2001), a noção de território está profundamente imbricada à porção de terra, mas de modo algum se restringe a ela, ao passo que

o território é o chão e mais a população [...], o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população (p. 96).

Essa noção de território corrobora com a de espaços coletivamente habitados, compreendida por Santos (2016) como um “contexto no qual os habitantes vivem e convivem cotidianamente, sendo corresponsáveis pelo espaço que habitam com-outros – um espaço marcado por um pertencer coletivo, no qual se compartilha a experiência de pertencimento” (p. 20). Sendo assim, discussões como a desenvolvida pelo autor acima nos auxiliam a compreender a dimensão dos sentidos atribuídos aos espaços, aos elementos da natureza e ao mundo. Para além de sua concepção objetiva, crua e fundamentalmente física, os territórios, ao serem ocupados, vivenciados e apropriados pelo homem em coletividade, geram uma produção de sentidos.

Viver nos territórios explicita a experiência da coexistência dos humanos com a natureza, estando sempre relacionados, entre cuidados e afetos, por meio do tempo. Esses sentidos podem diferir de acordo com os modos de vida e as manifestações culturais de cada povo, bem como os processos históricos pelos quais passou, as alterações ambientais em seu local de origem, entre muitos outros acontecimentos. Da mesma forma, contexto, linguagem, história e conhecimento são aspectos indicativos de quais sentidos serão evocados por diferentes povos ao serem questionados sobre seu entendimento para a palavra “terra”. Compreende-se, então, que diferentes povos atribuem sentidos diferentes à terra e ao território que

ocupam.

A coletividade, força motriz da movimentação social, cria cultura e transmite sentidos repassados entre gerações. Comunidades tradicionais, historicamente afetadas pelos processos coloniais e pela marginalização, apresentam culturas múltiplas que atravessam a ancestralidade, a manutenção de valores e a resistência. Figueiredo (2015) indica que os povos tradicionais, quando presentes num território, atuam como “fator de preservação”. Esses dados apontam para uma relação diferente dessas comunidades com a natureza e os recursos ambientais, partindo de um horizonte de compreensão próprio às suas vivências, histórias e culturas.

Em consonância às disposições do Decreto Presidencial Nº 6040/2007 são considerados tradicionais:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Decreto-lei nº 6040, 2007).

Estão inclusos nessa legislação os povos e as comunidades que se autorreconhecem, por exemplo, como indígenas, quilombolas, caiçaras, seringueiros, entre outras identidades. A Comunidade Quilombola de Castainho, no Agreste Pernambucano, se reconhece “como descendentes de negros que sobreviveram à Guerra dos Palmares” (Comissão Pastoral da Terra [CPT], 2013, p. 10) e como um povo que planta para sua subsistência, com uma economia voltada à agricultura familiar, como se nota no seguinte trecho: “nossa gente era conhecida como os negros da macaxeira [...] o pessoal daqui mesmo ia com o balaio cheio de mandioca e ia com a tapioca pra vender na feira” (CPT, 2013, p. 11).

De acordo com Cavalcante et al. (2018), a comunidade foi fundada a partir de descendentes do Quilombo de Palmares, em 1695, sendo marcada por lutas e por resistência frente a grileiros rurais e especulações imobiliárias. O quilombo de Castainho foi o primeiro do estado de Pernambuco a receber a titulação coletiva de parte de seu território, segundo o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária [INCRA], 2020), após inúmeras reivindicações e movimentações por parte da Associação de Moradores de Castainho.

Passada essa breve contextualização, importa assinalar que os objetivos desta pesquisa incluem: compreender os sentidos que pessoas idosas da comunidade quilombola de Castainho atribuem aos cuidados com a terra em entrelace com a saúde; debater sobre comunidades tradicionais quilombolas; e cartografar vivências de cuidado com a terra da população quilombola idosa, seus sentidos e modos de transmissão. Tendo em vista o percurso histórico e as várias relações de uso e apropriação da terra que a comunidade apresenta, o território mostra-se um solo fértil para o desvelamento dos diferentes sentidos atribuídos à terra. Além disso, buscou-se, através da presente pesquisa, dialogar sobre os diferentes modos

de se conviver com a terra e o território, bem como refletir sobre a transmissão geracional e ancestral de cuidado com a terra, fazendo interface desses temas com a promoção em saúde.

Situando a proposta metodológica

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa¹ qualitativa, pois permite o estudo de significações e vivências, respeitando as concepções individuais e coletivas que narram os diferentes modos de viver (Turato, 2005). Além disso, foi realizado a partir do lúmen da fenomenologia, leitura que tem como enfoque, de acordo com Silva e Santos (2017, p. 22):

compreender os fenômenos humanos e as realidades sociais a partir deles mesmos e não de uma representação imutável, precisa assumir a verdade como marca humana, a qual é inconstante e insegura; questionar a neutralidade e indicar que o conhecimento está fundado na existência.

Nessa direção, Critelli (2007) aponta que, ao pesquisar a partir dessa perspectiva, é preciso tomar a compreensão como fundamento de uma investigação. Investigamos, então, baseando-nos na seguinte questão: “quais os sentidos que a população tradicional da comunidade quilombola de Castainho dá ao cuidado com a terra?”. Assinalamos também que esta pesquisa é interventiva, e a entrada no campo se deu em coparticipação, a partir do método da cartografia clínica, o qual é composto por uma dupla função: revelar, ao mesmo tempo, o contexto e os olhares dos participantes-colaboradores, em diálogo com o cartógrafo pesquisador, conforme este se põe em andança pelo território, compreendendo os movimentos, as relações e os cenários a ele pertencentes (Andrade et al., 2007).

Vale assinalar que, na cartografia clínica, “O conhecimento é construído a partir da ação com o outro” (Andrade et al., 2007, p. 198), evidenciando que essa construção se dá através da narrativa da experiência, a qual, segundo Benjamin (1985),

não está interessada em transmitir o ‘puro em-si’ da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso (p. 205).

A narrativa, então, distancia-se de uma coleta de dados/informações que se propõe a explicar os fatos, mostrando-se mais como um modo de comunicação da experiência. Assim, considerando-se que a leitura fenomenológica é pautada na dialogicidade, ou seja, no intercâmbio de narrativas da experiência. Foram utilizadas

¹ Esta pesquisa foi fomentada pelo CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e está abrigada sob o projeto guarda-chuva intitulado “(nome ocultado para não haver identificação)”, elaborado pelo CAAE: (número ocultado para não haver identificação) e aprovado pelo Comitê de Ética, a partir do parecer (número ocultado para não haver identificação).

duas modalidades de intervenção/investigação, para escutar e narrar as experiências:

a) Os diários de bordo, que são frequentemente utilizados na pesquisa fenomenológica e partem de um lugar de compartilhamento das experiências, num movimento de narrar a trajetória das experiências e as afetações do pesquisador, que se torna protagonista na narrativa construída ao longo do processo de pesquisa (Silva & Santos, 2017).

b) A roda de conversação, que propicia um momento coletivo de compartilhamento de experiências, afetações e reflexões, num movimento que permite o encontro com o outro através do diálogo e da convers(a)ção, podendo construir novos sentidos a partir do intercambiar de horizontes do pesquisador e dos participantes-colaboradores (Santos, 2016).

Numa pesquisa que tem a fenomenologia como lúmen, considera-se a singularidade das narrativas dos participantes-colaboradores, sem a pretensão de generalização. Assim, participaram da roda de conversação quatro quilombolas, sendo dois jovens e dois idosos, da Comunidade Quilombola de Castainho.

Trabalhamos com uma “amostra intencional”, a qual, segundo Thiollent (2008), configura-se por “um pequeno número de pessoas que são escolhidas intencionalmente em função da relevância que elas apresentam em relação a um determinado assunto” (p. 62). Logo, a quantidade de participantes-colaboradores se justifica por esse olhar apresentado acima, bem como por conta do momento pandêmico decorrente da COVID-19, contexto no qual se desenvolveu a colheita de depoimentos, em 2020.

Realçamos que, neste artigo, trabalharemos com as narrativas dos dois idosos. A escolha de enfocar os idosos parte do intuito de compreender possíveis formas de conceber os modos de cuidado com a terra entre diferentes gerações. Após uma visita inicial e a assinatura dos termos de consentimento livre e esclarecido, as narrativas e as impressões dos encontros foram devidamente registradas através de gravações em áudio e da elaboração dos diários de bordo.

O método utilizado para a interpretação/compreensão dos fenômenos desvelados foi o da “Análítica do Sentido”, de Critelli (2007). Para a referida autora, a interpretação do real acontece através de cinco possibilidades de mostraç(ã)o do “movimento de realizaç(ã)o”, apresentadas separadamente, por motivos didáticos. São elas:

- desvelamento – momento de afetabilidade em que o fenômeno é percebido [...]
- revelação – momento de confirmação e conservação pela linguagem do fenômeno que se apresentou [...]
- testemunho – o momento da comunicabilidade, quando o fenômeno desvelado pode ser visto e ouvido por outros [...]
- veracização – mostraç(ã)o da compreensão, reconhecimento do fenômeno manifesto por uma referência [...]

– autenticação – na singularidade de cada ser humano, o que é manifesto tem a possibilidade de se tornar real (Santos, 2016, p. 49).

Do cair da chuva ao piar dos pássaros: conversas entrelaçadas

Naquele momento, pingueiras por toda a sala, diretamente em cima de quase todos os participantes, a chuva parecia nos desafiar a nos concentrar nos outros, a dar seguimento à conversação.

Ao fim, piavam os pássaros, como que sinalizando o florescer de um novo entendimento sobre essas questões (Comunicação pessoal, 13, abril, 2021).

Como se desvelam os modos a partir dos quais o fenômeno “terra” se apresenta para os idosos da comunidade quilombola de Castainho? O título desta subseção foi nomeado “Do cair da chuva ao piar dos pássaros: conversas entrelaçadas”, pois, durante a roda de conversação, houve uma brusca mudança de clima, na qual um pé d’água, gradualmente, deu lugar ao piar dos pássaros, e o desvelamento dos fenômenos e do céu ocorreu em harmonia. Salienta-se que, ao longo deste trabalho, foram utilizados pseudônimos inspirados nos pássaros da região, para nomearmos os idosos de modo a garantir o anonimato de suas narrativas. Na chuvosa atmosfera inicial, nos remetemos à pergunta-guia: “quais os sentidos que vocês, idosos de Castainho, dão ao cuidado com a terra?”. De acordo com o diário de bordo de uma das pesquisadoras:

Aquelas noções, todas elas, do que é terra, do que é cuidado, do que é cuidado com a terra, e até a que se refere aos “sentidos”, devem partir dos participantes-colaboradores, de modo a conhecer as suas visões. Somente se encontrando com o outro, a partir do horizonte de possibilidades, e desvelando aquilo que já se apresenta, podemos então falar em entrelaces. (Comunicação pessoal, 13, abril, 2021).

A partir de então, dialogaremos com os entrelaces entre saúde e cuidados com a terra que se desvelaram nas narrativas dos idosos participantes-colaboradores. Gomes, Gurgel e Fernandes (2022) apontam a compreensão da saúde pelo quilombo do Castainho como um construto complexo, relacionado diretamente ao território, cultura e identidade negra.

Terra voltada ao cultivo e à alimentação: cuidado recíproco

Logo no início da roda de conversação na comunidade quilombola de Castainho, Uí-Pi compartilha conosco alguns dos sentidos que atribui aos cuidados com a terra:

Bom, os cuidados que a gente tem com a terra... é... é sobre a plantação né, porque com o cuidado da terra, e como a gente tem com a terra, é sobre a aração, é sobre a plantação, qual é o cultivo que a gente quer plantar... e tratar né, porque... a gente planta na terra feijão, milho, mandioca, macaxeira.

[...] é de plantar, é de colher, de tratar... é essa forma que a gente tem, tanto da aração como da plantação e da colheita... é a forma que a gente tem de... de nós cuidar dela e tratar bem da terra e colher ela... (Comunicação pessoal, 13, abril, 2021).)

O cuidado com a terra, nesse sentido, relaciona-se com a produção de alimentos. Dado o histórico de agricultura familiar e de subsistência no território, bem como a prática de comercialização dos produtos da comunidade nas feiras locais, a produção de alimentos é um elemento essencial para o sustento das famílias de Castainho, não só para o consumo direto, mas também para a obtenção de dinheiro. É do plantio que muitas comunidades vivem. Seja a partir da agricultura de subsistência ou da comercialização de produtos, é da terra que muitos quilombolas tiram seu sustento. Lopes et al. (2019) e Pereira e Magalhães (2023) indicam que a boa alimentação é também uma forma de cuidado, pois os produtos cultivados pela comunidade são “de casa”, orgânicos e saudáveis.

Entende-se que o cuidado com a terra está imbricado fundamentalmente à sobrevivência da comunidade. A vida na e da terra se traduzem em vida da e na comunidade, desenvolvidas de forma harmônica e paralela. Trata-se de uma parceria, uma troca de benefícios mútuos, como narram os participantes-colaboradores:

Tiê-Caburé: Quanto mais a gente tratar ela [a terra] mais ela brota!

Uí-Pi: Todo alimento que hoje tem é através da terra... porque se a gente plantar a gente vai comer... ou bom ou ruim a gente vai comer... e se a gente der um alimento melhor pra ela a gente vai tirar uma planta mais... é... com mais... com mais... com mais produção, com mais... é... com mais boniteza... através do que a gente fizer com ela.

Tiê-Caburé: [...] a gente tinha que tá forçando pra que adquirir aquela... aquela plantação, pra como a gente tirar aquele alimento dali. A gente pode ter a banana, pode ter o maracujá, pode ter o feijão, pode ter o milho, pode ter a macaxeira, a mandioca... Tudo é através do reforço da gente.

Hoje pra gente ter a nossa alimentação a gente tem que tá furando a terra, machucando a terra, pra que bote uma lavoura, um bocado de semente, uma coisa, pra que a gente tenha alimentação dela.

Uí-Pi: [...] porque do jeito que a gente sofre fartando remédio é a mesma coisa da... do trato da terra quando você planta uma lavoura e que você num trata dela bem, aí ela também vai sofrer porque se não tem o trato ela também vai sofrer porque é... você num tratou dela com... no tempo certo! (Comunicação pessoal, 13, abril, 2021).

Segundo Gomes, Gurgel e Fernandes (2022, p. 151) “o trabalho como bem coletivo e o forte vínculo com a natureza é elemento-base para a produção de saúde no território”. A profundidade da conexão com a terra transcende a produção e a sobrevivência. A dependência para com a terra leva a uma ligação afetiva, na medida em que a vida da terra é a vida do agricultor. Assim, o vínculo com a terra faz com que o sentimento do agricultor ressoe também na terra, que, por sua vez, sente e sofre, precisando de cuidados. Por ser viva, a terra sofre. E porque dela

demanda-se produção, a mesma precisa ser nutrida e cuidada. Os frutos da terra e o esforço do agricultor, indissociáveis, levam a uma relação de trabalho em conjunto que atravessa o tempo, se tornando um princípio do modo de ser agricultor.

Lopes et al. (2019), ao estudarem os sentidos das vivências de envelhecimento de idosos quilombolas, identificam nas narrativas desses indivíduos a associação com a terra como sendo uma medida de promoção em saúde, por meio da manutenção de atividades laborais e do hábito de caminhada pelo território, atividades que podem estar relacionadas com a reflexão de que a territorialização nos quilombos se dá através do trabalho. O valor atribuído à terra e seus insumos está fortemente entrelaçado com a história da comunidade. Além disso, Gomes, Gurgel e Fernandes (2021) apontam que o conceito de saúde para a população quilombola está relacionado ao trabalho e à alimentação (decorrente do trabalho no cultivo da terra), também em relação a produção de sentidos, autonomia e modos de viver.

Assim, destacamos a seguir um recorte do diário de bordo de uma das pesquisadoras:

E esta é a impressão mais forte que carrego comigo de nossa conversação. Para a população do quilombo Castainho, terra e território são Vida. Sem um não há outro. E uso Vida com capital maiúscula, porque não me refiro à vida como sobrevivência apenas, mas como todo um conjunto de experiências, sentidos, ancestralidade, modos de viver, cultura, história, afetos e muito mais (Comunicação pessoal, 13, abril, 2021).

Terra e território: luta histórica e identidade quilombola

Em suas narrativas, os participantes-colaboradores discorrem sobre como a luta territorial que vivenciaram está relacionada com a valorização da terra e do território, que não se diferenciam: terra é território. Mais que isso, a luta territorial pela terra foi o fenômeno que, mais fortemente, fundamentou os sentidos do cuidado com a terra. A perspectiva de ameaça e de possibilidade de perda das terras e o esforço empenhado na luta para que o território pudesse ser mantido orientam a valorização da terra de forma coletiva. Na medida em que a reflexão acerca de como a comunidade viveria sem o contato primordial com a terra surgiu no diálogo, Uí-Pi exclama:

Num existe nada, porque sem a terra nem sequer o seu alimento vai sair. Porque... como é que você vai ter sua... é, seu feijão, seu milho pra se alimentar-se? E você não tem a terra pra você contribuir? É... Vamo dizer, você é um morador, eu sou um morador. Se o patrão chegar aqui, dizer assim, hoje você vai sair da minha propriedade, aí eu vou pra onde? Vou produzir aonde? Né? (Comunicação pessoal, 13, abril, 2021).

O quilombo de Castainho, cuja fundação data desde a dissolução do quilombo dos Palmares no século XVIII, ao longo do tempo, passou a ter seu território ameaçado por fazendeiros que se autoproclamavam donos das terras. Na década de

1980, a comunidade enfrentou o conflito com uma poderosa família da região que, através de grilagem, foi tomando progressivamente parte do território do quilombo, cercando o povo quilombola numa área cada vez menor.

Por meio da criação da Associação de Moradores de Castainho e resistindo contra as investidas violentas de seus opressores, os idosos da comunidade viveram o ápice da iminência de perderem suas casas e suas terras, o que afetaria sobremaneira os seus modos de vida (CPT, 2013). Dessa forma, a comunidade quilombola de Castainho, enfrentando as ameaças de desapropriação por parte dos grileiros, bem como os percalços legais corroborados por forças policiais, escolheu o caminho da resistência e, através da mobilização coletiva, conseguiu ser o primeiro quilombo a receber o título de suas terras através do governo do estado (CPT, 2013). Nas palavras de Uí-Pi e Tiê-Caburé, respectivamente:

Uí-Pi: Quando antes que a gente trabalhava em proprietário, ele saía expulsando a gente, oia. Começou lá de baixo, foi encostando a gente, veio encostar a gente na estrada. Se a gente tivesse abrido a mão, quer dizer que a gente tava aonde? A gente tava no outro lado do mundo, né? Aí ia produzir aonde? E os nossos filhos? E o nosso povo? Aí ia fazer o que, né? Ia ficar todo mundo na rua. [...] Aí a forma que a terra é tudo pra nós por causa da luta que a gente passou por ela, e hoje a gente tem que lutar por ela.

Tiê-Caburé: Porque no tempo do conflito que tinha os dono, que dizia que era dono daqui... mas desse daqui oia [estala os dedos pra insinuar tempo]. Desde o tempo de União dos Palmares. A gente resgatou a história e partimo pra cima, e partimo com tudo! Ninguém baixou a cabeça. Vamo lutar? Vamo. Isso é da gente? É. Porque o governo num cede isso aqui pa nós? Sabe que nós nasceu aqui dento, se criou aqui dento e vamo morrer aqui dento. Aí foi luta, foi luta! Pronto, tem essa luta. De vez em quando ele fica conversando e diz que eu choro na reunião. É que é a emoção que me dá, quando eu sinto me dá aquela emoção... aí eu num guento! (Comunicação pessoal, 13, abril, 2021).

As narrativas se revelam como frutos de cicatrizes que o tempo e a história tatuaram nas jornadas dos mais velhos da comunidade. A indagação de o porquê o governo não ceder a terra para seus donos por direito e vivência levanta respostas tão injustas e revoltantes, que a força e a resistência coletiva do povo quilombola persistem. Mais que isso, partem da necessidade de perpetuação ancestral de sua cultura e seus modos de vida, em meio a um histórico de opressão, racismo institucional e classicismo das instâncias governamentais e seus aparelhos coercitivos.

Ao Estado, coube a institucionalização do direito territorial de povos tradicionais, como medida de reparação histórica por todos os crimes cometidos contra populações afrodescendentes, com foco especial nos quilombos, por sua identificação singular (Brandão, 2020). Entretanto, o racismo institucional atrelado às violências citadas não acabou, principalmente ao considerarmos que os quilombos podem representar resistência ao modo consumista e degradador próprio do sistema capitalista (Sousa & Santos, 2019).

Devido ao território, lugar coletivamente ocupado no qual o cuidar do mundo é cuidar de si e dos outros, ser um elemento essencial para a instituição de uma identidade quilombola – que não é estática, como aponta Fernandes (2015) em sua revisão de estudos acerca da comunidade quilombola Kalunga –, a desapropriação de terras torna-se um ato de violência identitária e cultural.

Nunes (2015) pesquisa como populações quilombolas foram afetadas após processos de desapropriação, e como desenvolveram resistência e novos modos de ser quilombola, através da arte e do reavivamento de práticas ancestrais. Sendo assim, nota-se que a mobilização coletiva promove o fortalecimento de laços com o território e o desenvolvimento identitário do povo quilombola, que pode se dar através de processos históricos, lutas e reivindicações pelas terras e pelo exercício de práticas religiosas e culturais, entre outros aspectos, sendo essa autoidentificação essencial para desencadear a luta por território em âmbito legal (Teisserenc & Teisserenc, 2018; Nunes, 2015).

A identidade quilombola, profundamente imbricada e indissociável do território onde se constitui, no caso do quilombo de Castainho tem nome: Luta. A comunidade é referência para outras comunidades do estado de Pernambuco e do município de Garanhuns por ter conseguido a titulação de suas terras (CPT, 2013). Dessa forma, a partir do reconhecimento oficial das terras quilombolas e do fortalecimento da coletividade na comunidade frente à sociedade em geral, a luta tomou o lugar de termos outrora pejorativos e se tornou a principal característica do povo de Castainho. Como Tiê-Caburé narra:

E saber, e saber a luta como é que vem. Porque aqui é uma comunidade quilombola, aqui se chamava os negos de Castainho. Era o nome da gente. Quando, inda hoje muita gente quando diz... "tu sois da onde?", "sou do Castainho", "do Castainho?", "Sim", porque é uma comunidade falada. Falada porque é uma comunidade que é da luta mermo, nois lutou. Lutou pra gente chegar onde a gente chegou, e vamo chegar mais, se Deus quiser. Eu não, que eu já tô [risada], já tô mais pra morrer que pra viver, mas tem os meus neto, meus bisneto. (Comunicação pessoal, 13, abril, 2021).

O cuidado com a terra perpassa diversas dimensões, como a alimentação, a moradia, a resistência, a luta, a manutenção da cultura, as perspectivas de futuro, a ancestralidade, a educação, a saúde e o bem-estar. Assim, a terra não é compreendida apenas como chão, mas como abrigo, território de morada e saúde. Ou seja, um território coletivamente habitado que se faz no cotidiano, se perpetuando na cultura e através do diálogo, pelas reivindicações e pela lembrança que se faz viva.

Terra e temporalidade: cuidado com o futuro

A partir das narrativas, percebemos que a ancestralidade se conecta com o futuro. A terra, dessa forma, é mais que uma dimensão física e um elemento

fundamental para a comunidade: é uma entidade simbólica produtora de sentidos, de cultura e de modos de viver. A apropriação do espaço através das gerações, por vezes ameaçada, deve ser mantida pelo mesmo fio condutor da coletividade da comunidade, a luta. A história de ocupação da terra e o desejo de perpetuação dos modos de ser quilombola, para o povo de Castainho, tornam o território um legado, o que pode ser notado no seguinte trecho das narrativas:

Uí-Pi.: *É porque... é... naquela época, era uma época que a gente é... vivia lutando quase pelo um, uma importância... que era o jeito...*

Tiê-Caburé: *Era o legado.*

Uí-Pi: *De ter aquela relação, de ter aquela luta, não só por mim, não só por ele [...], era por todos. O conjugamento era um conjugamento só.*

Tiê-Caburé: *Vai passando de geração a geração, e desse jeito vem passar pra gente, meu pai, meu avô, meu bisavô, vai passando, vai... tamo aqui, eu digo assim, nem meu pai e minha mãe não tão mais vivo, mas eu tô contando os dias já, criado aí já tem os bisnetos... e é criado aqui dentro da terra (Comunicação pessoal, 13, abril, 2021).*

De acordo com a CPT (2013), o quilombo de Castainho recebeu a titulação de 183 hectares de terra, de um total de 5 mil hectares demarcados. Já de acordo com o INCRA (2020), a comunidade recebeu o título de domínio coletivo de 64,8 hectares de território, o que abriu as portas para linhas de crédito coletivas, visando ao desenvolvimento da atividade agrícola e de políticas específicas para os povos tradicionais.

Dada a necessidade de manter a terra já titulada e de protegê-la contra ameaças, bem como de ampliar o território titulado atual, a luta precisa continuar. O cuidado com a terra, nesse sentido, é um cuidado com o povo, os filhos, os netos e os bisnetos. É o cuidado com o outro, que atravessa a sustentabilidade. De acordo com a definição adotada pela Organização das Nações Unidas (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991), "o desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades" (p. 46). Para Uí-Pi:

Aí a forma que a terra é tudo pra nois por causa da luta que a gente passou por ela, e hoje a gente tem que lutar por ela, porque se eu tenho o meu filho, é... e eu vou fazer alguma coisa pra que ele contribua mais tarde, pra que ele... ele plante, pra que ele colha, pra que ele venda, pra que ele... Tudo vai sair pra ele. E ele precisa da roça pra tá uma roça e colher ela bem, ele vai ter como arrumá a roupa dele, vai ter como arrumá um animal pra ele criar, uma, uma moto pra ele andá, um carro... Tudo vai sair dali... da, da... do trabalho dele e da luta da terra, né? E se não tiver a terra o cara vai colher aonde? [...] mas vocês vão querê a luta... um repasse pra que vocês chegue até adonde nós tamo, né. Aí quer dizer que, tudo isso é um... um conjugado, é uma conjugação de um com o outro, pra que amanhã a depois... Você tem sua experiência, eu tenho a minha, ele tem a dele, ele tem a dele. Cada um vai trazer alguma

coisa pra que se encaixe aqui na nossa... né isso. Aí agora, a história é essa (Comunicação pessoal, 13, abril, 2021).

Na narrativa, a relação ancestral entre os tempos toma forma: o presente se liga ao passado e constrói o futuro. A trajetória de luta perpassa avós, filhos e netos e se constitui como história, nas marcas temporais que visam ao desenvolvimento não só das famílias, mas de toda comunidade, buscando, por meio da luta, garantir recursos e atender as necessidades de todos, coletivamente. Segundo Pereira (2022, p. 1757):

Se no passado, para a população quilombola, a luta pela afirmação de direitos teve como foco principal a liberdade, no presente, o intuito é a formulação de direitos que reconheçam que tal liberdade possa ser exercida plenamente, superando-se uma zona de subcidadania. E, mais do que isso, possibilite o reconhecimento e a inclusão de direitos não só fundiários, mas culturais etc., sendo dever do Estado e da sociedade sempre respeitar a contemporaneidade dessas comunidades tradicionais.

As experiências individuais, compreendidas e compartilhadas, tornam-se comunitárias e tomam força para estabelecerem horizontes e perspectivas de futuro.

O cuidado das práticas tradicionais (e sustentáveis)

As comunidades quilombolas possuem modos de viver que possibilitam um amplo horizonte de práticas sustentáveis, chegando a habitar áreas de reserva e proteção ambiental, atuando como fator de conservação, dado o resguardo legal do território demarcado e as suas práticas sustentáveis culturais. Essa sustentabilidade não reproduz o modelo promovido pela mídia, que pode ser compreendido como “conservar agora para poder consumir mais no futuro”. Dessa forma, não se trata de uma sustentabilidade pautada na perpetuação do consumo em larga escala, mas, sim, de uma sustentabilidade que perpassa o campo da identidade e da ancestralidade (Santos, 2018).

Ademais, de acordo com Siqueira et al. (2017), o desenvolvimento de práticas sustentáveis pelos quilombos está ligado à liberdade e ao desenvolvimento socioeconômico da comunidade, a exemplo da comercialização de produtos quilombolas orgânicos, artesanais ou manufaturados. As redes de interconexão entre cuidado com a terra, território e saúde que estão intrincadas nos modos de ser quilombola constituem resistência sociocultural e histórica, posto que, “para que as memórias se perpetuem, é necessário que resistam ao tempo. Para que as identidades se (re)afirmem, é necessário que resistam às opressões” (Silva et al., 2020, p. 95).

Sendo assim, fortemente atravessados pelos valores transmitidos por seus pais e pelo modo de ser quilombola, e levando em consideração a história e o caráter de luta da comunidade, os participantes idosos de Castainho mostram uma preocupação com o futuro não só das próximas gerações, mas da comunidade como

um todo, tendo em vista que a sustentabilidade no território se torna uma estratégia de manutenção e reprodução da vida (Gomes, Gurgel e Fernandes, 2022).

A dimensão do cuidado se mostra no sentido de considerar a comunidade de forma holística, percebendo o mundo de maneira interdependente, o que causa um choque com a compreensão do modo de vida urbano-capitalista. O território urbano está em constante mudança. Esse movimento ligeiro, avassalador, virtualmente inevitável e inescapável nos rouba o tempo e a possibilidade de ação por sobre as mudanças que constituem ameaças ao modo de ser do humano urbano atual. Para os idosos da comunidade quilombola, é o trabalho com a terra que possibilita a sobrevivência da comunidade. Para o humano urbano, por sua vez, é a obtenção de capital.

Desse modo, os idosos quilombolas são importantes fontes de transmissão de conhecimento cultural e ambiental, e, como tais, são reconhecidos pelos mais jovens da comunidade, como foi possível perceber nas interações entre as gerações, ao longo da visita ao território e na roda de conversação. Uma das pesquisadoras, em relação a uma visita inicial à comunidade, e com base numa conversa com um dos líderes da comunidade (cujo nome fictício adotado será Corruíra), escreve em seu diário:

Corruíra relata sobre a profunda ligação não só a flora... mas também a fauna da natureza local, quando menciona que... para aprender a identificar frutos bons, percebem se os pássaros demonstram interesse naquele fruto. Além disso, Corruíra fala muito sobre o uso de plantas medicinais, chegando até a nos oferecer e dar folhas e talos de boldo-do-chile, que de acordo com ele "é bom para várias coisas", como dor de garganta e de barriga, chegando até a incluir sintomas de COVID. Esse conhecimento, de acordo com ele, foi obtido através das experiências individuais e de conhecidos, indicando o grau de confiança e de importância dada ao conhecimento construído entre si, como comunidade. Chegou a dar vários exemplos de uso de plantas, como o da folha da goiabeira para fazer chá. (Comunicação pessoal, 11, fevereiro, 2021).

Salientam-se, então, as contribuições da população idosa na elaboração e na transmissão de modos de cuidado – do mundo, de si e dos outros. Além de importantes detentores de conhecimentos tradicionais acerca do uso de plantas medicinais, como apontam Takahashi e Alves (2015), os idosos também são grandes beneficiários das práticas, pois, devido os anos de trabalho laboral e as dificuldades de acesso ao sistema de saúde, desenvolvem formas de curar ou de amenizar o sofrimento físico. Logo, os elementos ambientais mencionados no trecho do diário de bordo acima, como a fauna e a flora, e sua importância para os modos de ser quilombola, fazem parte de um contexto maior: o do espaço coletivamente habitado.

Esses espaços têm história e características próprias e estão fortemente relacionados com a identidade do povo quilombola. Afinal, um dos modos de identificação de um território como quilombola é a maneira como aquele espaço é apropriado

pelo povo. Para Soares (2021, p. 528),

Quando se destrói um território quilombola, por meio da expropriação, ou se força a desterritorialização desses povos, não se tira deles somente um pedaço de chão onde viviam. Remove-se também a relação com a terra, com as plantas, com as águas, com seus mortos enterrados no lugar, com sua ancestralidade e com um conhecimento que surge da e pela interação com o meio: seja floresta, rio, mar, mata ou o que está no campo do imaterial, do invisível, do encantamento e daquilo que a razão eurocentrada não abarca com seus métodos e formas de conhecer.

A identidade do povo quilombola está atrelada a seu território e ao processo de territorialização. O povo é quilombola na medida em que ocupa e se apropria de um espaço-mundo compartilhado (Carreiro, 2020), produzindo sentidos para o uso dos recursos naturais e cuidados consigo mesmo, com outros e com o lugar onde habitam, ou seja, produzindo saúde.

A transmissão de cuidado

Os idosos, ao carregarem, em seus corpos e na saúde, evidências de anos de trabalho na agricultura, buscam transmitir sentidos de cuidado para as gerações mais novas. Nas narrativas a seguir, pode-se notar como esse desejo de transmissão de valores está ligado a uma percepção, por parte dos idosos, de que já estão “indo embora”, ou, ainda, de que não poderão, ou já não podem continuar a luta e o cuidado com a terra, como antes faziam, sendo essa tarefa, portanto, delegada aos mais novos:

Uí-Pi: [...] os outros são tudo jovens, esses têm uma pessoa que nem eu e ele, nós já teve muito que entregar, eu venho esperar... os jovens, porque faz de conta que a gente tamo entregando um produto hoje aos jovens, porque tudo que a gente pôde fazer a gente fez! Porque, é... tem um horário quando a gente não pode trabalhar mais e tem que cortar sintomas, né? Aí a terra não tá querendo mais, é... que a gente vá fazer esforço [...].

Tiê-Caburé: Já tô me afastando porque eu não posso mais. Mas quero que entre mais gente e continue. Não deixe Castainho morrer! A gente já tá indo simhora, mas Castainho tem que crescer (Comunicação pessoal, 13, abril, 2021).

Por fim, para além da transmissão de conhecimento para os mais novos da comunidade, é importante notar como os idosos da comunidade se mostraram abertos ao compartilhamento de seu conhecimento e suas narrativas. Os idosos se constituem enquanto pilares de sabedoria ancestral e perpetuadores culturais, principalmente ao considerarmos a transmissão de informações por narrativas orais. Esse fato indica a necessidade de realização de pesquisas com idosos, para que suas histórias possam ser resgatadas e preservadas.

Oliveira et al. (2018), numa pesquisa com idosos quilombolas, apontam a importância histórica e cultural desses indivíduos junto à coletividade negra, bem

como reforçam a defesa da diversidade de seus direitos, demandas, movimentos e resistências. Para os autores, “no cenário de produção social da invisibilidade e da negação dos direitos sociais e culturais da população quilombola na contemporaneidade, a referência da identidade étnica produz resistência através ‘da memória viva’, que se torna coletiva para as gerações futuras” (Oliveira et al., 2018, p. 17). A contribuição da presente pesquisa, através do diálogo da academia com a comunidade, e sua posterior documentação e divulgação, foi realçada por Tiê-Caburé, ao exclamar:

Não, sobre... ainda lá no sentido... é porque a terra é uma mãe. E é um pé de planta que a gente plantou e tamo regando. E esse regamento tem que tá solto. Eu acho assim, eu vejo. Aí eu acho que essa roda de conversa gravada, isso vai muito adiante, gente. E parabéns pra vocês que vieram aqui com essa roda de conversa. Uma beleza pra nós. (Comunicação pessoal, 13, abril, 2021).

A “soltura do regamento” da mãe terra, uma construção de modos coletivos de cuidado com a terra, deve atravessar a sociedade como um todo. O estudo dos modos de ser quilombola é uma contribuição valiosa que gera reflexões acerca dos nossos modos de cuidado com a terra, humanos urbanizados e capitalistas que somos. Uma das pesquisadoras traz ainda em seu diário de bordo:

Muito me alegra a hospitalidade da comunidade, bem como o fato de que, ao fim da roda de conversação, os participantes-colaboradores puderam reconhecer importância e relevância na discussão que levantamos. Espero que essa discussão não se restrinja àquele momento, mas que possa ser compartilhada com outros membros da comunidade. A transformação social, a mobilização e o encontro com o outro nasce no diálogo (Comunicação pessoal, 13, abril, 2021).

Propomos, então, que possibilitemos essa soltura ou abertura. A terra é mãe e é vida para os idosos da comunidade quilombola. Também é dessa mesma terra que é produzida parte da alimentação da população do município de Garanhuns e região, fruto de trabalho quilombola. Que possamos encontrar, em nossas vivências, motivos para a luta pela terra, pelos territórios quilombolas e pela preservação dos recursos ambientais. Que possamos refletir e encontrar um novo horizonte de possibilidades, no encontro com outros modos de ser no mundo que consideram a integração e a coparticipação entre seres humanos e meio ambiente.

Horizontes de abertura e reflexão

Através desse processo de pesquisa e análise de narrativas, algumas possibilidades de sentido do cuidado com a terra puderam ser compreendidas. Não pudemos deixar de notar que a relação do cuidado com a terra, para os idosos da comunidade quilombola de Castainho, se entrelaça com a saúde, ao passo que todos os aspectos atribuídos à terra são essenciais para a sobrevivência, o bem-estar e a preservação da cultura.

Nesse sentido, um dos fenômenos relevantes apontados foi a luta territorial para a titulação das terras, que, por garantia institucional, são de direito quilombola. Diversas comunidades quilombolas no Brasil ainda lutam pela titulação de suas terras, passando por um processo longo, burocrático, falho e desgastante de regularização e titulação ao mesmo tempo em que enfrentam as mais diversas ameaças aos seus modos de vida.

Urge, então, a necessidade de um diálogo coparticipativo com a comunidade acerca da garantia do direito à terra, nas discussões sobre a saúde dos povos quilombolas, como um modo de intervenção em saúde. A Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF), voltada aos povos cujos modos de vida estão diretamente relacionados à terra, não considera em seu escopo o direito à terra como uma medida de promoção à saúde.

A violação de direitos leva ao comprometimento da integridade (física, material, mental, social, existencial e de outros diversos aspectos) e do bem-estar dos humanos, em especial os povos tradicionais. Portanto, a efetivação e a melhoria das políticas públicas voltadas à garantia de direitos cujas ações tenham como enfoque a saúde dos povos tradicionais são caminhos a serem trilhados quando discutimos sobre saúde integral, de forma atenta à relação entre terra e povos tradicionais, tendo em vista a importância do tema e a diversidade de seus sentidos.

Cumpramos lembrar que esta pesquisa foi realizada durante a pandemia da COVID-19 que assolou o mundo e transformou os modos e meios de comunicação social. Portanto, essa foi uma das dificuldades mais relevantes no desenvolvimento deste trabalho. A pandemia obstaculizou muitas coisas, desde o cumprimento das datas dos encontros, que tiveram de ser adiados por motivo dos processos de quarentena e isolamento, gerando ainda situações de medo e estresse, com o desconhecimento do SARS-CoV-2 e a ausência de vacina, elementos que complexificaram as investigações, os estudos e a escrita desta pesquisa. Além disso, outro fator de dificuldade foi a mudança na disponibilidade de potenciais participantes-colaboradores da pesquisa, devido aos fatores acima apontados.

Por fim, ressoam as palavras de Tiê-Caburé, em seu desejo de que a roda da conversa vá adiante. Esperamos que as discussões proporcionadas por esta pesquisa possam florescer e ser partilhadas, multiplicadas e acrescentadas, criando novos horizontes reflexivos e abrindo novas perspectivas de sentido sobre as vivências quilombolas, no entrelace entre terra e saúde, revelando, assim, sua potência e importância, seus impactos, sua história e sua relação com nossas singularidades/identidades, por mais plurais que sejam.

Referências

- Andrade, A. N., Morato, H. T. P., & Schmidt, M. L. (2007). Pesquisa interventiva em instituição: etnografia, cartografia e genealogia. In M. M. P. Rodrigues & P. R. M. Menandro (Orgs.). *Lógicas metodológicas: trajetos de pesquisa em*

- psicologia* (pp. 193-206). UFES/GM.
- Benjamin, W. (1985). O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In W. Benjamin. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (pp. 197-221). Brasiliense.
- Brandão, J. P. M. (2020). Quilombos, política federal de patrimônio e reparação. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 28, d2e57. <https://doi.org/10.1590/1982-02672020v28d2e57>
- Carreiro, G. S. (2020). O crescimento do pentecostalismo entre quilombolas: por uma sociologia da presença pentecostal em comunidades quilombolas de Alcântara (MA). *Sociedade e Estado*, 35(2), 581-603, <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202035020009>
- Cavalcante, E. V. S., Silva, E. A. B., & Sena, J. R. F. (2018). Identidade cultural e resiliência nas comunidades quilombolas do Castainho e Estivas, Garanhuns, Pernambuco. *Revista Caravanas*, 3(1), 137-158. <https://caravana.ifpe.edu.br/index.php/caravana/article/view/117>
- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991). *Nosso futuro comum* (2a ed). Fundação Getúlio Vargas.
- Comissão Pastoral da Terra [CPT] (2013). *Castainho: contando sua história*. UFPE.
- Critelli, D. M. (2007). *Analítica do sentido: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica*. (2a ed.). Educ/Brasiliense.
- Decreto-lei nº 6040, de 07 de fevereiro de 2007. (2007). Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm
- Fernandes, C. R. (2015). O que queriam os Kalungas? A transformação do olhar acadêmico sobre as demandas quilombolas do nordeste de Goiás. *Interações (Campo Grande)*, 16(2), 421-431, <https://doi.org/10.1590/1518-70122015216>
- Figueiredo, L. M. (2015). Populações tradicionais e meio ambiente: espaços territoriais especialmente protegidos com dupla afetação. In D. Duprat (Org.) *Convenção n. 169 da OIT e os Estados Nacionais* (pp. 209-242). ESMPU. <http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/handle/11549/83430>
- Gomes, W. S., Gurgel, I. G. D., & Fernandes, S. L. (2021). Saúde quilombola: percepções em saúde em um quilombo do agreste de Pernambuco/Brasil. *Saúde & Sociedade*, 30(3), e190624. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021190624>
- Gomes, W., Gurgel, I. G., & Fernandes, S. L. (2022). Determinação social da

- saúde Numa Comunidade Quilombola: Análise com a Matriz de Processos críticos. *Serviço Social & Sociedade*, 143, 140–161. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.275>
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária [INCRA] (2020). *Comunidade quilombola recebe título de regularização de terras em Pernambuco*. <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/comunidade-quilombola-recebe-titulo-de-regularizacao-de-terras-em-pernambuco>
- Lopes, E. D. S., Paixão, C. F., & Santos, D. B. (2019). “Os Cansaços e Golpes da Vida”: Os Sentidos do Envelhecimento e Demandas em Saúde entre Idosos do Quilombo Rincão do Couro, Rio Grande do Sul. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39, e222518. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003222518>
- Nunes, P. M. P. (2015). Conflitos étnicos na Amazônia Brasileira: processos de construção identitária em comunidades quilombolas de Alcântara. *Colombia Internacional*, 84, 161-185. <https://doi.org/10.7440/colombiaint84.2015.06>
- Oliveira, S., Bitencourt, J., Silva, R., Maia, C., & Almeida, E. (2019). Idosos quilombolas, identidade étnica e memória. In *Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. UFES. <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22690>
- Pereira, P. F. S. (2022). A Constituição de 1988 e o rompimento com os pactos de silêncio em torno dos quilombos. *Revista Direito E Práxis*, 13(3), 1736–1762. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/49443>
- Pereira, A. S., & Magalhães, L. (2023). A vida no quilombo: trabalho, afeto e cuidado nas palavras e imagens de mulheres quilombolas. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 27, e210788. <https://doi.org/10.1590/interface.210788>
- Santos, A. H. (2018). A justiça ambiental e os novos direitos constitucionais: a função socioambiental dos territórios quilombolas do Parque Estadual da Pedra Branca. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 20(3), 457-478. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2018v20n3p457>
- Santos, M. (2001). *Por uma outra globalização (do pensamento único à consciência universal)*. Record.
- Santos, S. E. B. (2016). “Olha!...arru(ação)!?...” *A ação clínica o viver cotidiano: conversa com a fenomenologia existencial*. [Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco] Biblioteca Digital de Teses e Dissertações UNICAP. <http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/1503>
- Silva, D. L., Brandão, W. N. M. P., & Batista, V. L. (2020). “Córrego de Ubaranas”: possíveis caminhos a uma comunidade educadora e emancipadora. *Revista Psicologia Política*, 20(47), 190-203. <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?>

[script=sci_arttext&pid=S1519-549X2020000100015&lng=pt&nrm=iso](#)

- Silva, E. F. G., & Santos, S. E. B. (2017). Fenomenologia existencial como caminho para pesquisa qualitativa em psicologia. *Revista NUFEN*, 9(3), 110-126. <http://dx.doi.org/10.26823/RevistadoNUFEN.vol09.n03artigo17>
- Siqueira, S. M. C., Jesus, V. S. D., Santos, E. N. B. D., Whitaker, M. C. O., Sousa, B. V. N., & Camargo, C. L. D. (2017). Atividades extensionistas, promoção da saúde e desenvolvimento sustentável: experiência de um grupo de pesquisa em enfermagem. *Escola Anna Nery*, 21(1), e20170021. <https://doi.org/10.5935/1414-8145.20170021>
- Soares, M. R. P. (2021). Territórios insurgentes: a tecitura. *Katálisis*, 24(3), 522-531. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e79280>
- Sousa, M. S. R., & Santos, J. J. F. (2019). Territorialidade quilombola e trabalho: relação não dicotômica cultura e natureza. *Katálisis*, 22(1), 201-209. <https://doi.org/10.1590/1982-02592019v22n1p201>
- Takahashi, F. G. M., & Alves, V. P. (2015). Imagens representacionais das políticas públicas à educação e à saúde, no imaginário de um grupo de idosos da comunidade Quilombola–Kalunga, de Monte Alegre de Goiás. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 23(88), 567-591. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362015000300002>
- Teisserenc, P., & Teisserenc, M. J. S. A. (2018). Mobilização, conflitos e reconhecimento do território: comunidades quilombolas na Ilha do Marajó, Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 115, 51-74. <https://doi.org/10.4000/rccs.6968>
- Thiollent, M. (2008). *Metodologia da Pesquisa-ação* (18a ed.). Cortez.
- Turato, E. R. (2005). Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. *Revista Saúde Pública*, 39(3), 507-514. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102005000300025>

Nota sobre as autoras

Morgana Nathália Napoleão Ferreira é técnica em Meio Ambiente pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Graduanda em Psicologia pela Universidade de Pernambuco. E-mail: morgana.napoleao@upe.br

Suely Emília de Barros Santos aprende com povos tradicionais e da terra. Vem construindo uma Ação Psicossocial e Clínica no Viver Cotidiano em Arru(a)ção, voltada para questões contemporâneas nos territórios rurais e ruas urbanas, em diálogo com a fenomenologia decolonial. Por uma Psicologia Pé no Chão e An-

tirracista. Psicóloga. Profa. Dra. da UPE – campus Garanhuns. Pesquisadora Extensionista do LACS/UPE. E-mail: suely.emilia@upe.br

Clarissa de Oliveira Gomes Marques tem Pós-doutorado realizado na The New School for Social Research (NY); Doutora em Direito pela UFPE, estágio doutoral na Universidade de Paris; Professora da Universidade de Pernambuco, líder do Grupo de Pesquisa GEPT/CNPq/UPE. E-mail: clarissa.marques@upe.br

Data de submissão: 05.07.2023

Data de aceite: 27.11.2024